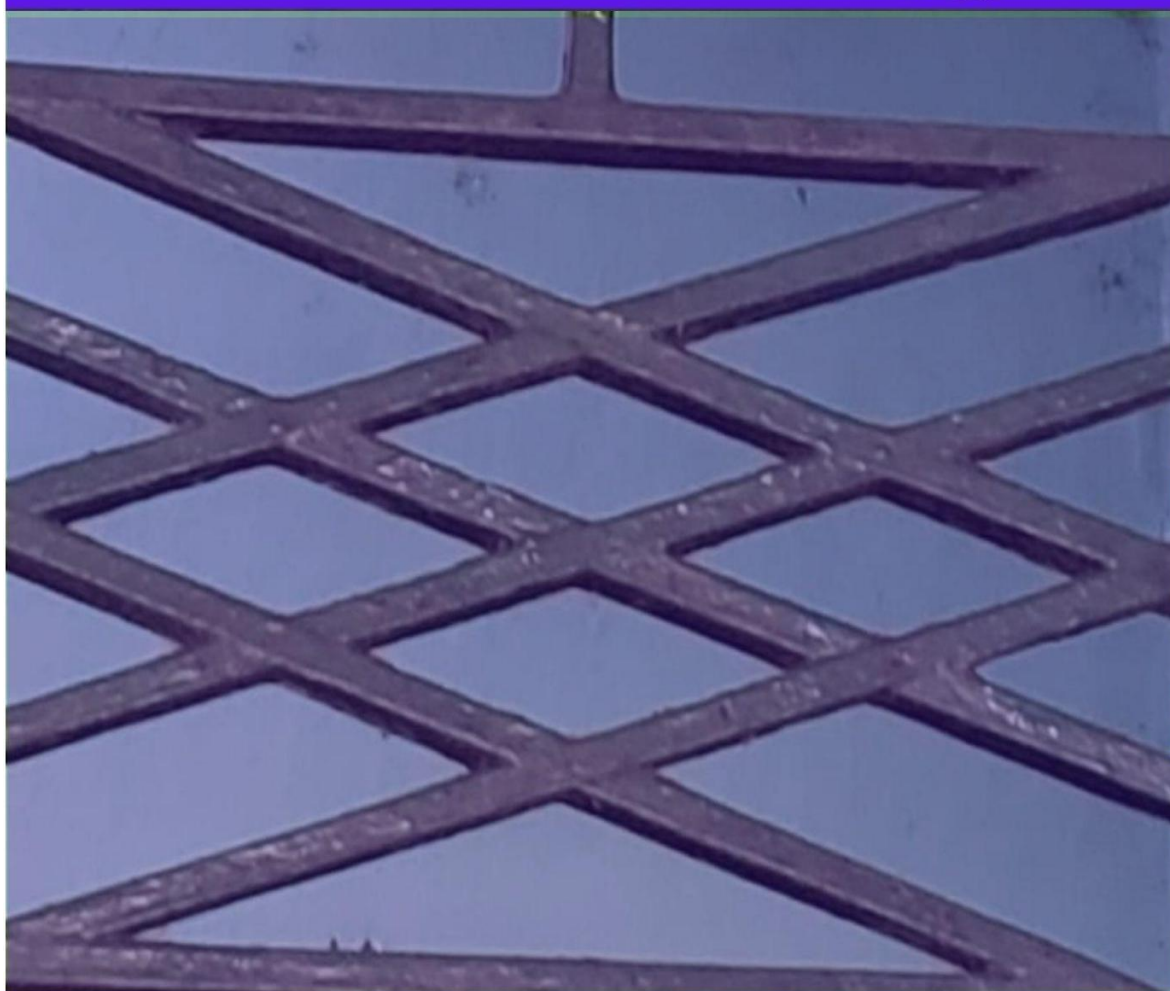


EMBORNAL

Revista da Associação Nacional de História - Seção Ceará

Revista
EMBORNAL
ANPUH-CE



v. 13, n. 26, jul-dez 2022

REVISTA DE HISTÓRIA

Bilros

HISTÓRIA, SOCIEDADE E CULTURA
FORTALEZA, V. 9, N. 19, JULHO - DEZEMBRO, 2021
ISSN: 2357-8308



Edição - Republicação da
Revista de História Bilros -
História(s), Sociedade(s) e
Cultura(s), v. 9, n. 19 (2021)



DEBETORIA

**COMPOR,
SOMAR,
CRESCER.**

ABRIL 2002 - 2024

EMBORNAL

Revista da Associação Nacional de História - Seção Ceará

EMBORNAL

Revista Eletrônica da Associação Nacional de História – Seção Ceará
Fortaleza Vol. 13, Nº 26 – julho a dezembro de 2022

Editoria

Francisco José Gomes Damasceno (UECE)

Conselho Editorial

Agenor Soares Silva Júnior (UVA)

Antônio Clarindo Barbosa, UFCG)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Durval Muniz (UFRN)

Francisco Carlos Jacinto Barbosa (UECE)

Francisco José Gomes Damasceno (UECE)

Gerson Ledezma (UNILA)

Gisele Venancio (UFF)

Isabel Cristina Martins Guillen (UFPE)

Itamar Freitas (UnB)

Jurandir Malerba (PUC-RS)

Simone Luci Pereira (UNIRIO)

Valdei Araújo (UFOP)

Editoração

Monnice Helen Tomaz Miranda

Laís Maria de Souza Pinheiro Pinto

Francisco José Gomes Damasceno

Capa

Arte: Wagner Cavalcante Farias

Foto: Francisco JG Damasceno

Diretoria (2022-2024)

PRESIDENTE: TITO BARROS LEAL DE PONTES MEDEIROS

VICE-PRESIDENTE: CAIO LUCAS MORAIS PINHEIRO

SECRETÁRIO GERAL: FRANCISCO JOSE GOMES DAMASCENO

1ª SECRETÁRIA: ANA ALICE MIRANDA MENESCAL

2º SECRETÁRIO: GEOVÂNIO CARLOS BEZERRA RODRIGUES

1ª TESOUREIRA: CAMILA MOTA FARIAS

2º TESOUREIRO: WAGNER CAVALCANTE FARIAS

EMBORNAL

Revista da Associação Nacional de História - Seção Ceará

FICHA CATALOGRÁFICA

Embormal, Revista Eletrônica da Associação Nacional de História – Seção Ceará.

Vol. XIII, Nº 26 – Jul/dez de 2022, Fortaleza - Ceará.

ISSN: 2177-160X CDD

Endereço Postal

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – SECÇÃO CEARÁ

Avenida Dr. Silas Munguba, 1700, Bairro Itaperi. CEP 60740-903

Mestrado Acadêmico de História da UECE. Fortaleza-CE

Telefone: (85) 3101.9611

www.ce.anpuh.org

anpuhcara@gmail.com

SUMÁRIO

Apresentação republicação (EMBORNAL)

Editoria Embornal

p. 6

Apresentação Publicação Dossiê (BILROS)

Camila Mota Farias

Reverson Nascimento Paula

p. 7 - 19

A OFICIALIZAÇÃO DO FESTEJAR: REGULAÇÃO E NORMATIZAÇÃO DO CAMPO FESTIVO JUNINO NO CEARÁ

Hayeska Costa Barroso

p. 19 - 41

“PAI NÃO AJUDA, PAI CUIDA”: UMA LEITURA SOBRE A PATERNIDADE ATIVA

Tuany Abreu de Moura

Francisco José Gomes Damasceno

p. 42 - 58

CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DO PENSAMENTO PÓS-COLONIAL E DO GIRO DECOLONIAL PARA UMA ANÁLISE DO FENÔMENO DA BELLE ÉPOQUE NA MÚSICA, FESTAS E CELEBRAÇÕES EM FORTALEZA

Ana Luiza Rios Martins

p. 59 - 70

O COLÉGIO JESUÍTA ENTRE A COMPOSIÇÃO DE IDEIAS E SONS NA BAHIA COLONIAL

Diego Luiz Ribeiro de Almeida

Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo

p. 71 - 86

O MANGÁ CONTEMPORÂNEO: ENTRE SOCIEDADE, NARRATIVA E CAPITAL

Antonio Augusto Zanoni

p. 87 - 106

OS “INCORRIGÍVEIS”: EVINHA LINGUIÇA, PÉ ESPALHADO E A INFÂNCIA EM CAMPINAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Valter Martins

Hélio Sochodolak

p. 107 - 126

ENTRE TÁTICA E ESTRATÉGIA: O FESTIVAL SOBRALENSE DO MANDACARU

José Brendo Cruz Vasconcelos

p. 127 - 140

RESISTÊNCIA CIVIL E JOGOS DE GÊNERO. FRANÇA-ALEMANHA-BOLÍVIA-ARGENTINA.
(SEGUNDA GUERRA MUNDIAL - ANOS 1970-1980)

Luc Capdevila

Sofia Rocco Stainsack Rocha (Tradução)

Joana Maria Pedro (Revisão da tradução)

p. 141 - 169

APRESENTAÇÃO EMBORNAL REPUBLICAÇÃO DA REVISTA BILROS (Vol. 09, Nº 19)

Esta é nossa última republicação da Revista Bilros, que de forma democrática e com elevado intuito de divulgar tanto quanto possível temas, abordagens, teorias, autores, problemáticas e mesmo uma lufada de ar, bom e limpo ar de renovação das ideias e dos espíritos, nos permitiu este trabalho parceiro de construção do conhecimento.

Trata-se de um número - especialmente escolhido por ser um dos primeiros pós-pandemia - e que nos impulsiona a um engajamento conta o pandemônio criado nestes anos de 2018 até agora....

A pandemia nos debilitou a todos, afora os que foram ceifados, mas o pandemônio do conservadorismo político, do avanço de concepções extremistas, conservadoras e negadoras da vida, da liberdade e do bem-viver, estes ainda vão exigir de nós muito mais vida, muito mais amor, muito mais engajamento, muito mais pesquisa, muito mais luta!

Os próximos números de nossa revista já serão feitos com fluxo normal.... podemos dizer que enfim vendemos a pandemia e o pandemônio (inclusive o inominável...)...

Estamos de volta, não sem o apoio de um arco de aliança que incluiu além de nossos diretores, muitos de nossos associados, e principalmente o Laboratório de Estudos e Pesquisas em História e Culturas - DÍCTIS, responsável por toda a parte de diagramação, seleção, adequação e demais trabalhos de execução das últimas edições e, muito particularmente a Revista Bilros e seus autores e editores que acenaram de forma nobre e ativa quando passávamos por dificuldades.

A todos nossa gratidão!!!

Esperamos que gostem da leitura e continuem nos prestigiando!!!!

APRESENTAÇÃO BILROS v.09, Nº 19

Bem-vindos a mais um número da Bilros, desta vez apresentamos-lhes o **v. 9, n. 19**. Nesta edição mantemos o nosso compromisso de divulgar e estimular a produção científica de nossa área, e ainda de discutir nossa realidade, nosso tempo, de forma reflexiva, intensa, além de política, histórica e socialmente engajada, trazendo à tona temáticas que reverberam de diferentes formas no sentido da construção de um mundo mais igualitário, justo e tolerante como alguns de nossos artigos sugerem.

Atravessamos um período que para além da pandemia, a desesperança, a mentira (que se convencionou chamar de *fake news*), a arrogância, a pós-verdade, se misturam aos cortes de verbas, aos ataques ao conhecimento, ao saber e à universidade, à perseguição, e outros tantos aspectos que demandam de todos nós sinais da construção de um novo tempo. Queremos sugerir também isso com este número...

São textos que reviram a história, a sociologia e a antropologia em suas diferentes fronteiras apontando caminhos profícuos que sugerem novos papéis a diferentes sujeitos sociais, e ainda a eclosão de uma nova perspectiva e outras epistemes que se estruturam agora e que decerto serão fundamentais em breve.

São ao todo sete (07) artigos livres e uma (01) tradução que selecionamos para vocês caros leitores sentirem o que está por vir. Aborda-se aqui muitas e complexas questões – todas com reverberações e/ou interferências no nosso contemporâneo. São temáticas relativas a gênero (masculino e feminino), são temáticas relativas ao lazer e à festa; temáticas ligadas às artes e cultura; temáticas ligadas ao controle social e as muitas formas de resistência.

* * *

Em *A Oficialização do Festejar: regulação e normatização do campo festivo junino no Ceará*, **Hayeska Costa**, resolve ingerir-se (com intuição e conhecimento, com práticas e saberes) e analisar os complexos processos de regulação e normatização dos festejos juninos no Ceará em suas relações – não menos complexas – entre os sujeitos

de suas práticas, o poder público e suas intervenções e uma nova categoria constituinte – a dos promotores ou produtores culturais.

Disso, resultou uma dinâmica “nova” e diferente na qual a tradição e a cultura popular estiveram inseridas desde a muito tempo, caracterizada como uma cultura espetacularizada ou neste caso como festejos juninos espetacularizados. Foi esta espetacularização que requereu uma dose de oficialização – e intervenção do estado, por exemplo.

Foi neste contexto de intervenção do estado que surgiu uma política de editais, analisada pela autora. Assim, a este movimento do estado corresponderia um outro dos sujeitos brincantes ou populares: “Prossegue-se, tão logo, uma fase de adaptações dos grupos às novas regras do jogo ditadas pelo aparato público estatal, culminando em mudanças significativas das/nas performances festivas e no próprio ritual.”

Revelador o fato de uma “dança” entre os aparelhos do Estado e sujeitos da cultura popular no sentido de uma “modernização” dos festejos juninos como se pode entender este momento de sua análise. No entanto, não se trata de aspecto por si só positivo, já que o Estado (suas autoridades) exercendo seus poderes acabam “determinando e modelando” as “regras que regem a delimitação do universo”; o que, no entanto, não significa como ela aponta depois que a manifestação esteja subordinada ao poder ou seja por ele meramente determinada.

Mas não é só isso... em sua análise então é apontado um procedimento que introduz o verdadeiro significado desta intervenção: “O pano de fundo das políticas públicas de fomento aos grupos e festivais juninos toma a festa como entretenimento e turismo, para quem ‘Estado e mercado [atuam] enquanto suporte de reposição atualizada das tradições de culturas populares’.”.

Então tal “turistificação” teria, para ela, se iniciado ainda nos anos 1970 e se intensificado nos anos 1980 com o incremento do turismo no Nordeste. A partir disso, a autora destila alguns destes agentes e as intervenções na prática junina e na cultura popular, alguns de seus conceitos em suas trajetórias e outros aspectos.

Sua narrativa é dosada com uso de documentação oficial e de outras fontes e um manuseio teórico-temático que dão sustentação à sua leitura. O uso dos editais – principal forma de intervenção estatal – é um exemplo disso, e a elaboração de tabelas para elucidar os fluxos de recursos tanto da prefeitura de Fortaleza, como do governo do Estado.

Há entre suas assertivas algo que delinea uma época e as práticas em seus processos de transformação:

Já faz algum tempo que as quadrilhas juninas não apresentam figurinos baseados na imagem caricata do caipira desdentado e maltrapilho; nem é de nosso interesse aqui estipular quando exatamente isso aconteceu. O pressuposto é que, no Ceará, o processo de espetacularização da festa junina ocorreu num momento de inflexão (ALVES, 2011) na relação entre o Estado e a sociedade civil. Quando o poder público começou a incentivar financeiramente, por meio de políticas culturais municipais e estaduais, os grupos juninos e agentes culturais diversos, na função de ‘promotores de festivais de quadrilhas juninas’, foi inaugurado um novo tempo nas relações entre a produção cultural, a esfera pública e o mercado (FARIAS, 2010).

Assim, ela denota uma reconfiguração do tempo/espço da festa ou festivo. Com isso corrobora todo o processo no qual classes populares se inserem em formas de apropriação e agenciamento dos megaeventos na mesma medida em que estes interferem em suas práticas. Muito ainda há para ser pensado sobre a temática, mas decerto, as reflexões trazidas por Hayeska são muito importantes para entender este processo, nele continuaremos dançando, cantando, assistindo às apresentações, participando e de alguma forma constituindo estas novas dimensões do popular...

Tuany Moura e Francisco Damasceno com o artigo *“Pai não ajuda, pai cuida”*: uma leitura sobre paternidade ativa nos brindam com mais uma reflexão inovadora e que completa um conjunto de reflexões deste número da Bilros que orienta a novas posições sociais e correspondentemente a isso a outras epistemes ou outros centros de gravidade epistemológica. O texto reflete sobre gênero, gênero masculino, masculinidades e, principalmente de um dos aspectos referenciais da masculinidade no mundo contemporâneo ocidental: o pai e seus papéis (ou novos papéis).

As reflexões recaem sobre

...a paternidade exercida por homens que se propuseram a romper com o lugar tradicional e secular atribuído ao ser pai. Para isso, realizamos uma abordagem teórico-metodológica que parte da sociologia para compreender as temáticas de gênero(s) e família(s) em um contexto no qual emergem sujeitos que ressignificam laços sociais e estabelecem novos paradigmas familiares.

Assim os estudos se voltam para o contemporâneo e uma aguçada observação deste campo, assumiu as redes sociais como *lócus*. Em sua leitura vislumbra-se um conjunto de transformações. Para os autores,

...as paternidades contemporâneas estão estabelecendo novos paradigmas para as masculinidades. Neste artigo, investigamos a *paternidade ativa* como uma das manifestações dessas mudanças. Reconstruindo historicamente o debate sobre as paternidades, partindo dos “estudos sobre os homens” identificamos três vertentes desses estudos que foram associadas aos

seguintes termos: *paternidade responsável*, *paternidade participativa* e *paternidade ativa*.

Ancorados em uma elaborada revisão bibliográfica a discussão realizada aponta para uma nova perspectiva no que toca a noção de paternidade. O que se caracteriza para além do próprio conceito de paternidade ativa são as condições de existência desta noção tanto do ponto de vista social, quanto principalmente do ponto de vista epistemológico. Assim, a paternidade no contemporâneo se tornou o momento crucial de um questionamento da masculinidade hegemônica.

Os autores na medida em que apontam a existência de diferentes termos – distribuídos em diferentes camadas epistemológicas – vão aos poucos caracterizando as limitações de cada um (Pai provedor – “paternidade tradicional patriarcal”; paternidade responsável (Constituição de 1988); paternidade participativa - PNAISH); até chegarem a opção pelo “Pai que cuida” associado ao conceito de “Paternidade Ativa”.

Desta forma se aponta que a passagem de uma esfera de questionamento meramente institucional – aqui vemos uma proximidade com o texto de Hayecsa Barroso sobre os festejos juninos – apenas se deu a partir do momento que os próprios homens assumem esta reflexão/postura e que tais práticas ganham dimensão pública, sobretudo por uma inserção difusa e sistematicamente realizada nas redes sociais:

Apesar da ideia de igualdade de gênero está presente desde o primeiro momento sobre a reflexão da paternidade é somente no momento em que esta deixa as instituições e passa a ser defendida pelos homens é que temos um diálogo mais aberto sobre as atividades do cotidiano representado aqui pelos termos “pai que ajuda” e “pai que cuida”.

A condição de existência de uma práxis como apontada é nítida: a ideia de uma igualdade de gênero. Esta deixou de estar restrita ao campo dos estudos sobre a temática e se constituiu em um conjunto de – novas – práticas masculinas identificadas pelos autores como “pai que cuida”. Esta expressão estaria associada não só a relação paternal (com os filhos), mas com os demais membros da família, que assumem papéis igualmente ativos no seio familiar.

...a prática da *paternidade ativa* não se restringe ao envolvimento na parte “prática” dos deveres e necessidades da vida cotidiana, pois é o envolvimento afetivo que dá a tônica desse pai, que está preocupado com o desenvolvimento emocional e psicológico da sua criança, assim como com o seu e da sua companheira(o).

É desta forma, que crianças e adolescentes deixam de ser passivos (em relação às decisões paternas) e assumem novos papéis na “economia do lar” (inclusive simbólica) apontando suas necessidades e expressando suas afetividades e desejos de

forma equânime (do latim “igual ânimo”), o mesmo acontecendo com os demais membros da família, todos responsáveis pelo bem-estar do grupo e pela realização de cada um e todos ao mesmo tempo.

Esta contribuição à reflexão sobre família, sobre gênero, sobre papéis sociais é relevante na medida em que concorrem para repensar a própria sociedade e, neste sentido, também revelam, embora seja eminentemente sociológica, como outras áreas do conhecimento, como a antropologia e, sobretudo a história, estão presentes e são importantes.

No artigo intitulado *Considerações teóricas do pensamento pós-colonial e do giro decolonial para uma análise do fenômeno da Belle Époque na música, festas e celebrações em Fortaleza*, **Luiza Rios** faz uma leitura de Fortaleza do início do século XX em uma perspectiva que até o momento ainda não havia sido realizada, pelo menos para o estudo de tais manifestações em Fortaleza, porquanto “...compreender como o fenômeno da *Belle Époque*, um discurso que opera dentro da lógica da colonialidade, atravessa os processos de subjetivação das camadas subalternizadas/racializadas por meio da música, festas e celebrações.”

A partir da análise de duas obras ela desenvolve sua teoria que se sustenta em apontar diferentes formas destas manifestações de colonialidade: uma pelo preconceito, cerceamento e perseguições; e, outra pela chancela ou reconhecimento intelectual pelo que ficou conhecido como Folclorização.

Para tanto uma definição de colonialidade diferente de colonialismo é lançada:

O conceito de colonialidade se diferencia do conceito de colonialismo. O conceito de colonialismo designa um processo de exploração historicamente localizado e remete às modalidades de dominação mais antigas que nem sempre implicaram em relações racistas de poder, como é o caso da colonialidade.

Assim, se revela a preocupação com as condições atuais dos povos que enfrentaram a colonização em seu processo histórico, e o presente se volta para o passado que retorna ao presente:

O conceito de colonialidade designa uma condição dos povos colonizados ou formados historicamente pelos processos de colonização que tenderiam a experimentar essa história não como um passado distante e, portanto, ultrapassado, mas sim como um presente em que a condição de diferença colonial se manifesta, se renova, sob formas variadas, se perpetuando como uma espécie de reencenação vivida de uma forma violenta e traumática, uma reencenação de lógicas, conflitos e desigualdades.

Nesta empreitada lança mão de outros autores e outras leituras que engendram no próprio processo seus lugares de fala e os conceitos que instrumentalizam esta intervenção:

...Ranajit Guha e Gayatri Spivak utilizam a categoria subalterno para se referir a grupos marginalizados, grupos esses que não possuem voz ou representatividade. [...] A autora critica a dinâmica da produção do conhecimento histórico, o que teria levado a um processo de violência epistêmica. Com isso, o sujeito soberano constituiu as subjetividades do sujeito subalterno dos países periféricos.

E assim a autora se volta para Fortaleza “Belle Époque”... Os fenômenos culturais produzidos por subalternizados, na leitura da autora foram tratados de forma subalternizada e neste sentido de forma hierarquizada e não humanizada, o que nos revela uma outra ou nova dimensão desta realidade na capital alencarina.

Com o uso de uma bibliografia atualizada e que aponta para uma violência epistêmica e para o diluir de antigas perspectivas como, por exemplo, a de um pretensão universalismo ou ainda do eurocentrismo como *locus epistêmico* referencial, se delineiam em sua perspectiva uma fragmentação que aponta para um outro que diferente do que se desejou assume seu protagonismo na história.

Muitos são os aspectos que tornam esta leitura importante, mas estes já são instigantes o suficiente.

O artigo *O colégio Jesuíta entre a composição de ideias e sons na Bahia colonial* de **Diego Luiz Ribeiro de Almeida** e **Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo** é um interessante recuo ao nosso passado colonial que mostra o papel da formação do Colégio Jesuíta na Bahia, seu papel na formação de quadros para outras províncias da colônia e o papel da música nesta formação e mesmo nas atividades culturais das vilas, revelando interessante panorama da vida colonial.

Assim era, “...uma instituição com orientação intelectual, o Colégio da Bahia se insere nas redes de poder e conhecimento propostas por Gouvêa, Frazão e Santos, pois era responsável pela formação da elite letrada que se envolveria na administração e nos círculos de governança da colônia portuguesa no Brasil”.

Havia, é claro, uma configuração multi regional neste processo, que para além da catequese de um certo número de reduções indígenas (explorando sua mão-de-obra) e da formação dos próprios religiosos, também intervinha na vida da comunidade, se constituindo com especial relevância na conjuntura colonial.

Documentação primária como relatos e poemas, além de uma revisão bibliográfica usada de forma direta, dão sustentação às suas leituras sobre a instituição e o período. Nesse contexto o colégio é descrito a partir de estudo clássico e aos poucos se caracteriza as muitas dimensões da instituição, tais como a disciplina adotada, a divisão acadêmica, os quadros humanos:

Em relação à quantidade de alunos, o autor comenta que após doações de El-Rei, os números de estudantes aumentaram, chegando a 120 em 1575. Contudo, apesar do número crescente de matriculados, um levantamento posterior sugere falta de vocação, pois os cursos voltados para a formação eclesiástica apresentavam poucos alunos matriculados. O destino para tais estudantes eram dois: letrados, que seriam professores e pregadores, ou conversão dos ameríndios. Em se tratando dos estudantes externos, Leite salienta alguns personagens de destaque: Bento Teixeira, autor da Prosopopéia; Frei Vicente do Salvador, autor da História do Brasil e Jerônimo de Albuquerque Salvador, Capitão-mor do Rio Grande do Norte. Os professores do Colégio, como ressalta Leite, eram de grande qualidade e equivalente vocação.

Após a caracterização do colégio, seus quadros, e analisar suas relações com a coroa, a metrópole e ainda com os aldeamentos, os autores se voltam na análise da documentação, para as práticas musicais de então. É quando se inicia o tratamento da música conceituando que “...não devemos entender a música no contexto específico deste trabalho como arte, mas como uma forma de expressão, algo próximo de uma linguagem”.

Para executar esta tarefa parte-se da apropriação e “...análise de duas fontes primárias registradas por indivíduos de distinta participação no Colégio da Bahia: Fernão Cardim e Cristóvão Gouveia. Ambos foram padres jesuítas e, em algum momento de suas trajetórias estabeleceram fortes relações com o Colégio da Bahia”.

Partindo desta documentação é que se pode “ver e ouvir” no artigo os sons e a festa nas quais se expressaram:

A recepção feita para a comitiva no Colégio Jesuíta é calorosa: “Quando o padre visitou as classes, foi recebido dos estudantes, corri grande alegria e festa [...] recitaram-se alguns epigramas, houve boa música de vozes, cravo, e descantes”. (CARDIM, 1583 [1847], p. 8). E não somente as classes do Colégio se envolveram na recepção, pois o padre relata que também: “[...]a cidade e os estudantes lhe fizeram um grave e alegre recebimento: trouxeram as santas relíquias da Sé ao Collegio em procissão solemne, com flautas, boa música de vozes, e danças.” (CARDIM, 1583 [1847], p. 9). A referência de Cardim atesta que “a cidade” inteira se envolveu no recebimento dos visitantes.

Assim, se tenta caracterizar algo que seria comum naquele período apontando estas referências seriam comuns, como recepções a padres, clérigos e as próprias

festividades. No entanto, o ápice da reflexão se dá ao questionar um aspecto das reflexões sobre a música (e a cultura): a da imposição cultural.

No artigo se defende uma circularidade intensa de elementos da cultura entre colonizadores e colonizados (em seus diferentes segmentos) e ainda de uma “assimilação da cultura dos outros” em um hibridismo cultural manifesto.

Desta forma, para os autores os casos estudados apontariam que “...europeus e ameríndios conviveram e estabeleceram relações múltiplas” sobretudo porque a presença indígena seria muito forte nas vilas e mesmo no colégio.

Interessante argumentação para se (re)pensar o que se sabe sobre a vida na colônia.

Mudando de foco, de tempo e espaço, o artigo *Mangá contemporâneo: entre sociedade, narrativa e capital* de **Antonio Augusto Zanoni** é uma reflexão realizada “...através de uma revisão bibliográfica, busca analisar o mangá como produto não somente artístico, mas também como subproduto de discursos postos em uma sociedade que sofrera grandes modificações em um pequeno período de tempo...”

Já em seu resumo se percebe a preocupação do historiador com as transformações ocorridas em certo período de tempo e em certa sociedade.

Assim, parte em sua análise de dois gêneros de mangás que ele considera importante para a pesquisa histórica: o gênero de ficção científica e o antibélico, colocando dentro de seus contextos de surgimento e atualizando em referências de autores que marcaram estas trajetórias em diferentes momentos. Neste processo faz uso de categorias intrigantes considerando o “deslocamento” para diferentes partes do mundo destes bens culturais, como a de um consumo “in natura” e ainda de um “semi-natural” de acordo com a localização deste bem dentro e fora das condições de sua produção inicial.

A dinâmica desta produção e da circulação e consumo são delineadas e apontam para a linguagem em entendimento dos mesmos e o sentido da leitura destas obras: “...ler o mangá – assim como outras mídias e formatos – não é apenas uma atividade literária, mas principalmente uma atividade de ligação de signos culturais, onde o leitor troca suas experiências com tudo que envolve essa complexa relação...”

Com estas premissas – tendo animes e mangás – como referências centrais o Japão e a própria sociedade japonesa são abordados tornando a leitura interessante e

criativa. Imaginando este processo de hibridação em panoramas globais o processo de apropriação do mangá pela indústria é algo apontado:

Após 1960, o mangá é capturado pelo capitalismo, vira produto passível de venda, passível de comercialização em massa, assim seu anterior foco de produção de massas passa a ser produção para as massas. A lógica mercadológica captura essa expressão artística, observando sua potência de produção a favor do capital.

O artigo aprofunda esta discussão e embora seja algo forte – perceber esta expressão e os seus consumidores como mercadorias, seu final é interessante e sugerimos que confirmem com uma atenta leitura...

Valter Martins e Hélio Sochodolak contribuem neste número da Bilros com o artigo *Os “Incorrigíveis”: Evinha Linguixa, Pé Espalhado e a infâmia em Campinas no início do século XX*. Nele sujeitos antes desprezados pela história – e talvez pela sua sociedade – vêm à tona revelando que aos olhos atentos e sensíveis dos historiadores muito se pode revelar do passado e, que, o aparentemente sem valor, pelo contrário se torna muito importante para que tenhamos um cabedal de saberes e experiências para nos orientarmos diante do mundo de forma mais justa, mais fraterna, mais humana.

Pelas venturas e desventuras destes dois personagens os autores nos levam a passear pela Campinas dos anos 1800 e nos mostram todas as muitas tentativas de controlar e ordenar uma sociedade que se deveria fazer a imagem e semelhança de outras (europeias de um modo geral) e do que as elites não abriam mão.

Assumindo uma “inspiração foucaultiana” (chamam para si dois textos dos anos 1970: “A vida dos homens infames” e “Os Anormais”) esta inspiração de um modo geral mais parece ter sido metodológica do que propriamente teórica, embora a matiz foucaultiana possa de fato ser percebida ao longo de todo o texto.

O texto ainda envolve pelos momentos em que uma narrativa sedutora se manifesta e re-coloca o leitor no contexto da cidade e dos poderosos (que eles apontam como uma edilidade ao usar de forma muito intensa os códigos e leis), como neste caso:

Corria o ano de 1907. Campinas assistia a construção de seu novo mercado municipal (LAPA, 1996; MARTINS, 2010). A cidade se recuperava do trauma das epidemias de febre amarela na década anterior. Saneada pela intervenção da Comissão Sanitária Estadual, comandada pelo Dr. Emílio Ribas, Campinas apresentava ainda antigos problemas (MARTINS, 2015).

A partir deste início a cidade dos populares se ergue (reagindo ao controle) com seus trabalhadores, escravos, desocupados, mendigos, errantes, bêbados e outros sujeitos, instituições como a câmara, asilos e albergues além de seus cortiços, becos,

travessas ocupados pelos “mal vistos” em suas muitas atividades cotidianas, quase sempre combatidas e perseguidas pelas autoridades (sobretudo judiciárias e policiais).

A documentação empregada é interessantemente voltada para a reflexão proposta. Trata-se das leis do império de 1828 (lei da Assembléia Geral), 1830, 1832 e 1841. Leis do início da república (1890), Códigos de posturas do município de Campinas (1858/1864/1876/1880), materiais do Cartório do Júri e periódicos como o Diário de Campinas.

Desse uso e dos encaminhamentos dados pela leitura dos autores surge a Campinas sob controle e em disputa com os populares, com suas muitas leis, com seus muitos códigos, posturas – a partir das quais se imagina transgressões como “Andar em lugares públicos em ‘trajes desonestos ou indecentes’ e tomar banho nu...” pichações nos prédios da cidade ou ainda uma “jogatina sem fim”:

A jogatina desbragada e em lugares públicos envolvendo livres e escravos continuou embargada no Código de 1880. Os mais populares e proibidos jogos então eram “[...] lasquet, trinta e um, roleta, primeira, patau, pinta, carimbo, vermelhinha e outros semelhantes”. Os jogos lícitos eram os de “[...] cálculos e verdadeiramente carteados ou de exercício físico, tais como voltarete, boston, solo, dominó, wisth, bilhar, bola, bagatela, damas, xadrez e outros”.

Talvez o artigo até nos leve a imaginar uma cidade em surto epidêmico do jogo ou mesmo de muitas das transgressões apresentadas, ou uma cidade prestes a implodir, desenfreada, ensandecida, e isso não seja muito preciso ou um pouco exagerado... mas por outro lado talvez seja a exata medida do que sentiam aquelas elites da cidade (talvez de muitas outras em nosso imenso país naquele contexto!) com tudo que se deparava no seu dia-a-dia e o conjunto de transformações que se avolumavam diante de si...

O artigo *Entre tática e estratégia: o Festival Sobralense do Madacarú*, de **José Brendo Cruz Vasconcelos**, nos dá a oportunidade de conhecer e aprender sobre a cultura cearense durante a ditadura militar por meio da própria produção cultural e de uma forma inusitada pelo fato de trazer as camadas urbanas (classes médias?) do interior do estado em suas articulações e movimentações durante este delicado período.

O festival é pouco conhecido do grande público e mesmo da academia, por isso mesmo já se reveste de certa importância conhecê-lo e atentar para as muitas formas, cada vez mais reveladas em estudos como este, de afirmação e resistência dos diferentes setores sociais ao se contraporem em uma série de atividades, intervenções, afirmações, atitudes e tudo o que a vida pode engendrar contra a ditadura civil-militar.

Em um texto com as características tradicionais de um jovem historiador, o(s) contexto(s) começam a ser apresentados pela dimensão política da cidade em seu tradicional revezamento entre as famílias – oligárquicas? - no poder em seus partidos divididos de forma bipartidária, inclusive divididos em relação a posição vistas a ditadura implantada, o que gerava um clima tenso:

Muitos grupos aplaudiram e comemoram a tomada do poder pelos militares, como se fosse uma “revolução democrática”. Todavia, tal satisfação não era comum a todos, notando-se uma época conturbada na cidade. Panfletos, pichações, passeatas, reuniões secretas, celebrações, eram feitas principalmente por membros da Igreja Católica (embora parte significativa dessa instituição tenha sido por muito tempo favorável ao regime), os estudantes, os comunistas, os membros do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e artistas locais.

Assim, se inicia a caracterização da intervenção provocada pelos artistas desta cidade. É quando entra em cena um outro contexto, agora o contexto da cultura e da produção cultural em meio ao regime de exceção. É o terreno frutífero no qual irão se produzir muitos eventos e entre eles o Festival Sobralense do Mandacaru.

Havia uma espécie de “teia” de relações estabelecida entre estes artistas da cidade de Sobral e de Fortaleza, a capital, mais dinâmica em sua produção, com maior intensidade de produção e maior número de artífices e grupos. Pela ótica do autor a cidade vivia uma época de muitos festivais – em bibliografia auxiliar o autor se apropria de estudos que apontam essa característica em outras cidades do país, o que revela que esta era uma época de vivências intensas – sendo que neste processo os estudantes possuíam um papel central e de relevância, se constituindo, talvez, como o segmento social de sustentação deste campo cultural.

Assim, o festival de cunho competitivo durava dois dias e além da música, em suas edições incorporou outras manifestações. Se realizava no principal palco artístico da cidade, o Teatro São João. Desta forma, o autor argumenta que pelo fato da música ser polifônica e incorporar diferentes discursos de formas também diversas, ela se adequou bem às críticas realizadas e à reação aos ditames do regime.

Ele (o autor), partindo do contexto de uma Música Popular Brasileira – MPB, apresenta alguns artistas e algumas canções, a partir das quais intenta sintetizar, para efeitos de artigo, o festival. O festival que estaria (segundo seu slogan) “*A Serviço da Música Popular Brasileira*” marcou a produção cultural da cidade de Sobral e mesmo do estado do Ceará e Brendo consegue revelar as nuances de uma época que se por um

lado enfrentou o mais terrível dos inimigos e sua forma de dominação, por outro lado apontava no sentido oposto com beleza, leveza, força, arte e vitalidade...

A última, mas não menos importante, parte de nossa revista, traz uma tradução de **Sofia Rocco Stainsack Rocha**, com revisão da tradução realizada pela professora **Joana Maria Pedro**, ambas da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Trata-se da tradução de texto do professor e pesquisador **Luc Capdevila**, pesquisador do Centre de Recherches Historiques de L'Ouest – CERHIO, da Université Rennes II.

Trata-se do artigo intitulado *Resistência Civil e jogos de gênero. França-Alemanha-Bolívia-Argentina. (Segunda Guerra Mundial - Anos 1970-1980)*, e como realizado por especialista em história da guerra e do gênero na França e na América Latina, o enfoque nas ditaduras Latinas (desastres do “grande mudo”) e o papel das mulheres é destacado:

Se as direitas do Cone Sul percebiam nas mulheres “uma arma” capaz de desestabilizar governos democráticos progressistas nos anos 1960-1970, as ditaduras militares, que apoiavam também foram confrontadas por movimentos de mulheres. É certo que estes foram menos amplos, menos sonoros, porque agora uma mesa de chumbo cobria o espaço público e o barulho das botas abafava qualquer manifestação; mas estes movimentos de mulheres os colocaram em dificuldades.

O papel das mulheres é destacado como fundamental. Baseado nesta premissa e no papel das mulheres em contextos de exceção (mas não apenas neles), é neste contexto que se utiliza da noção de “jogos de gênero” para delinear o seu argumento principal:

[...] Os jogos de gênero são, também, o jogo como um equipamento; assim como os jogos de xadrez, são como um conjunto de peças à disposição dos atores políticos, para intervir no espaço público. Os jogos de gênero são também a diferença entre encenações, o que realmente é, e o que é percebido pelo adversário. Os jogos de gênero, enfim, é a ideia de um mecanismo, de uma impulsão, de um equilíbrio instável, onde o senso ou as dinâmicas iniciadas pelas crises podem induzir uma redefinição das relações homem/mulher em um quadro limitado, conduzindo, na margem, a um ajuste do masculino e feminino... por vezes a uma simples oscilação.

Desta forma se passa ao desenvolvimento de um estudo comparativo entre quatro movimentos de resistência civil, que não apenas se lastreia na América Latina (no que se chamou de “extremo oeste latino americano”), como ainda se analisa relacionando-os com dois países da Europa ocidental. Argentina e Bolívia das décadas d 1970 e 1980, França e Alemanha da segunda guerra mundial, emanam destas reflexões e se constituem no principal elemento deste argumento (ou hipótese como ele definiu).

A artigo – e boa tradução – nos permitem traçar paralelos das muitas formas de resistência aos regimes totalitários pelas mulheres em um verdadeiro jogo de táticas que invariavelmente demandavam das poderosas intervenções diversas e nem sempre esperadas por eles e mais, o apoio de outros tantos setores sociais – em multidões anônimas – reforçavam os papéis e as lutas dessas mulheres:

...é notável que elas puderam acontecer em ambientes políticos também hostis, que assumiram formas de resistência civil, e que, quando foram forçadas a durar, se reestruturaram, aprofundando, ou mesmo reorientando, as suas exigências no sentido de defesa da coletividade.

Das muitas observações feitas na tradução, uma é das mais importantes e sintomático porque revela a identidade sutil apresentada por estas mulheres com o próprio povo: “As mulheres também foram percebidas, como atores poderosos que poderiam derrubar regimes, porque são emocionais incontroláveis, porque encarnam o povo. ”

É esta emotividade que a nossa revista propõe para a leitura deste número no qual tantos e tão importantes artigos nos convidam à reflexão eivada pela prática, a reflexão que não se faz parado senão pela transformação...

Boa Leitura!!!

Francisco José Gomes Damasceno

Pela equipe editorial